



# Relatório Anual de Informações | 2010



PREVIMINAS - Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais  
Av. Álvares Cabral, 200 16º andar Centro 30170-000 Belo Horizonte/Minas Gerais



## MENSAGEM AOS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS



Belo Horizonte, 16 de maio de 2011.

Senhor participante ou assistido:

Em conformidade com a Resolução nº 23 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, de 6 de dezembro de 2006, alterada pela Resolução CNPC nº 3, de 31 de março de 2011, a PREVIMINAS apresenta o Relatório Anual de Informações 2010, que compreende:

- Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefício;
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício;
- Demonstração das Obrigações Atuariais por plano de benefício;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada - DPGA;
- Quadro-Resumo da Política de Investimentos 2011;
- Relatório Resumo das Informações sobre o Demonstrativo de Investimentos, que incluem as informações segregadas sobre as despesas dos planos de benefício;
- Parecer Actuarial (síntese) por plano de benefício.

Esclarecemos que as informações relativas às alterações de Estatuto e Regulamentos que porventura ocorreram nos últimos 12 meses referem-se, notadamente, a ajustes às novas normas da legislação, cuja divulgação está disponível no endereço [www.previminas.com.br](http://www.previminas.com.br) (menu principal: Institucional / Estatuto; e Produtos / Planos Previdenciais / Regulamentos).

Por fim, de acordo com a legislação, informamos que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2010 estão igualmente disponíveis eletronicamente no site da PREVIMINAS (menu principal: Patrimônio e Finanças), onde ainda poderão ser encontrados, na íntegra, todos os informativos supracitados.

Atenciosamente,

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO**  
EXERCÍCIO SOCIAL FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (R\$mil)



Minas Gerais Administração e Serviços S.A.

DESCRIÇÃO	2010	2009	Varição (%)
<b>1. Ativo</b>	<b>29.694</b>	<b>27.772</b>	<b>6,92%</b>
Disponível	—	22	-100,00%
Recebível	336	402	-16,42%
<b>Investimentos</b>	<b>29.358</b>	<b>27.348</b>	<b>7,35%</b>
Ações	2.842	3.267	-13,01%
Fundos de Investimentos	22.651	21.213	6,78%
Investimentos Imobiliários	2.395	1.445	65,74%
Empréstimos	1.470	1.423	3,30%
<b>2. Obrigações</b>	<b>3.891</b>	<b>1.551</b>	<b>150,74%</b>
Operacional	2.193	949	130,77%
Contingencial	1.698	602	182,06%
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>80</b>	<b>65</b>	<b>24,62%</b>
Fundos dos Investimentos	80	65	24,62%
<b>4. Resultados a realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>25.723</b>	<b>26.156</b>	<b>-1,66%</b>
Provisões Matemáticas	13.977	12.628	10,66%
Superávit Técnico	3.784	6.478	-41,56%
Fundos Previdenciais	7.962	7.050	12,94%

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO**  
EXERCÍCIO SOCIAL FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (R\$mil)



Minas Gerais Administração e Serviços S.A.

DESCRIÇÃO	2010	2009	Varição (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>26.156</b>	<b>21.650</b>	<b>20,82%</b>
<b>1. Adições</b>	<b>2.116</b>	<b>5.757</b>	<b>-63,25%</b>
(+) Contribuições	2.116	1.752	20,78%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	—	4.005	-100,00%
<b>2. Destinações</b>	<b>(2.549)</b>	<b>(1.251)</b>	<b>103,76%</b>
(-) Benefícios	(2.113)	(991)	113,22%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(131)	—	100,00%
(-) Custeio Administrativo	(305)	(260)	17,31%
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>(433)</b>	<b>4.506</b>	<b>-109,61%</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	1.346	3.705	-63,67%
(+/-) Fundos Previdenciais	913	4.223	-78,38%
(+/-) Déficit Técnico do Exercício	(2.692)	(3.422)	-21,33%
<b>4. Operações Transitórias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)</b>	<b>25.723</b>	<b>26.156</b>	<b>-1,66%</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>81</b>	<b>1.660</b>	<b>-95,12%</b>
(+/-) Fundos Administrativos	—	1.595	-100,00%
(+/-) Fundos dos Investimentos	81	65	24,62%

**DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS**  
EXERCÍCIO SOCIAL FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (R\$mil)



Minas Gerais Administração e Serviços S.A.

DESCRIÇÃO	2010	2009	Varição (%)
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)</b>	<b>17.761</b>	<b>19.106</b>	<b>-7,04%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>13.977</b>	<b>12.628</b>	<b>10,66%</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>5.527</b>	<b>5.116</b>	<b>8,03%</b>
Benefício Definido	5.527	5.116	8,03%
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>8.450</b>	<b>7.512</b>	<b>12,46%</b>
Benefício Definido	8.450	7.512	12,46%
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>3.784</b>	<b>6.478</b>	<b>-41,56%</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>3.784</b>	<b>6.478</b>	<b>-41,56%</b>
Superávit Técnico Acumulado	3.784	6.478	-41,56%
Reserva de Contingência	3.492	3.157	10,67%
Reserva para Revisão de Plano	292	3.321	-91,21%

**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA - DPGA  
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (R\$mil)**



<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2010</b>
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>12.736</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>23.330</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>23.330</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	11.979
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.123
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	0
Receitas Diretas	31
Resultado Positivo dos Investimentos	1.146
Reembolso da Gestão Assistencial	4.141
Outras Receitas	910
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(23.518)</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>(13.945)</b>
Pessoal e Encargos	(6.193)
Treinamentos/Congressos e Seminários	(175)
Viagens e Estadias	(80)
Serviços de Terceiros	(2.039)
Despesas Gerais	(4.052)
Depreciações e Amortizações	(362)
Contingências	(955)
Outras Despesas	(89)
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>(5.430)</b>
Pessoal e Encargos	(4.087)
Treinamento/Congressos e Seminários	(81)
Viagens e Estadias	(25)
Serviços de Terceiros	(416)
Despesas Gerais	(814)
Depreciações e Amortizações	(7)
<b>2.3. Administração Assistencial</b>	<b>(4.141)</b>
<b>3. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	<b>0</b>
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>(188)</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>(188)</b>
<b>6. Operações Transitórias</b>	<b>0</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5 + 6)</b>	<b>12.548</b>

**Carlos Megale Filho**  
Diretor-Presidente

**Maurício Azeredo Dias Costa**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**Maria do Carmo Porto Oliveira**  
Diretora de Seguridade Social

**Darlan Ferraz**  
Contador  
CRC-MG 065.575/0-4

**Geraldo de Assis Souza Júnior**  
Gerente Estratégico Contábil e Tributário  
CRC-MG 069.483/0-9

**COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS E EM RENDA VARIÁVEL**  
 Dez/2010 - EM R\$ (mil)


	<b>INVESTIMENTOS TOTAIS</b>	<b>29.358</b>	<b>100,00%</b>		<b>SALDO EM TESOURARIA DOS FUNDOS</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
	<b>FUNDOS EM RENDA FIXA</b>	<b>21.646</b>	<b>73,73%</b>	FI RF FAROL ALM I	CAIXA	0	0,00%
	<b>Títulos Públicos</b>	<b>11.376</b>	<b>38,75%</b>	FI RF FAROL	CAIXA	0	0,00%
FI RF FAROL ALM I	Notas do Tesouro Nacional NTN-B	11.376	38,75%		<b>TOTAL CONTAS Pagar/Receber FUNDOS</b>	<b>(2)</b>	<b>-0,01%</b>
	<b>Oper. Compromissadas (Título público)</b>	<b>2.966</b>	<b>10,10%</b>	FI RF FAROL ALM I	CONTAS Pagar/Receber	(2)	-0,01%
FI RF FAROL ALM I	Secretaria do Tesouro Nacional	1.298	4,42%	FI RF FAROL	CONTAS Pagar/Receber	(0)	0,00%
FI RF FAROL	Secretaria do Tesouro Nacional	1.668	5,68%		<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>	<b>1.005</b>	<b>3,42%</b>
	<b>Debêntures indexadas ao CDI e ao IPCA</b>	<b>2.530</b>	<b>8,62%</b>	Fip Coliseu	Banco Modal	958	3,26%
FI RF FAROL ALM I	TEL-NL	293	1,00%	Empr. Brasil/FMIEE	BRZ investimentos	47	0,16%
FI RF FAROL ALM I	BR TELEC	180	0,61%		<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>2.842</b>	<b>9,68%</b>
FI RF FAROL ALM I	DUKE GEP	205	0,70%	Carteira Própria	AMBEV PN	230	0,78%
FI RF FAROL ALM I	COELCE	395	1,34%	Carteira Própria	BRASIL ON	59	0,20%
FI RF FAROL ALM I	CEMIG G	403	1,37%	Carteira Própria	BRABESCO PN	181	0,62%
FI RF FAROL ALM I	BNDESPAR	435	1,48%	Carteira Própria	BRASIL TELEC ON	12	0,04%
FI RF FAROL ALM I	TRACTEBE	96	0,33%	Carteira Própria	BRASIL TELEC PN	93	0,32%
FI RF FAROL ALM I	CCR	344	1,17%	Carteira Própria	B2W COMP. GLOBAL DO VAREJO	28	0,10%
FI RF FAROL	TEL-NL	71	0,24%	Carteira Própria	CEMIG PN	80	0,27%
FI RF FAROL	BR TELEC	86	0,29%	Carteira Própria	COPEL ON	130	0,44%
FI RF FAROL	AUTOBAN	23	0,08%	Carteira Própria	COPASA ON	201	0,68%
FI RF FAROL	VALE	0	0,00%	Carteira Própria	SID NACIONAL ON	58	0,20%
	<b>Certificado de Depósito Bancário</b>	<b>2.202</b>	<b>7,50%</b>	Carteira Própria	CONTAX ON	14	0,05%
FI RF FAROL ALM I	Banco Bradesco	906	3,09%	Carteira Própria	CONTAX PN	12	0,04%
FI RF FAROL ALM I	Abn Amro - SANTANDER	511	1,74%	Carteira Própria	GERDAU PN	84	0,29%
FI RF FAROL ALM I	Banco Itaú	590	2,01%	Carteira Própria	ITAUSA PN	66	0,22%
FI RF FAROL	Banco Bradesco	195	0,66%	Carteira Própria	ITAU UNIBANCO PN	142	0,48%
	<b>DPGE</b>	<b>1.727</b>	<b>5,88%</b>	Carteira Própria	LOJAS AMERIC ON	90	0,31%
FI RF FAROL ALM I	SCHAHIN	235	0,80%	Carteira Própria	PETROBRAS PN	558	1,90%
FI RF FAROL ALM I	BMG	325	1,11%	Carteira Própria	TRACTEBEL ON	59	0,20%
FI RF FAROL ALM I	PINE	233	0,79%	Carteira Própria	TELESP PN	30	0,10%
FI RF FAROL ALM I	SOFISA	232	0,79%	Carteira Própria	TELEMAR ON	71	0,24%
FI RF FAROL ALM I	INDUSVAL	235	0,80%	Carteira Própria	TELEMAR PN	16	0,05%
FI RF FAROL ALM I	CRUZEIRO DO SUL	235	0,80%	Carteira Própria	USIMINAS PNA	124	0,42%
FI RF FAROL ALM I	PANAMERICANO	232	0,79%	Carteira Própria	VALE R DOCE PNA	496	1,69%
	<b>Certif.Receb.Imobiliário</b>	<b>441</b>	<b>1,50%</b>	Carteira Própria	DIVIDENDOS/JCP	10	0,04%
FI RF FAROL ALM I	RIO BRAVO	262	0,89%		<b>* IMÓVEIS</b>	<b>2.395</b>	<b>8,16%</b>
FI RF FAROL ALM I	BRC Securitizadora	180	0,61%		<b>EMPRÉSTIMOS</b>	<b>1.470</b>	<b>5,01%</b>
	<b>FI - Direitos Creditórios</b>	<b>404</b>	<b>1,38%</b>		<b>DISPONÍVEL</b>	<b>—</b>	<b>0,00%</b>
FI RF FAROL ALM I	RURAL SERIE 2 SENIOR	130	0,44%				
FI RF FAROL	RURAL SERIE 2 SENIOR	125	0,43%				
FI RF FAROL	FIC FIDC CEF PACTUAL	149	0,51%				

\* A entidade possui 03 terrenos que foram recebidos em dação de pagamento pela patrocinadora Companhia de Distritos Industriais - CDI (atual Codemig), quais sejam: dois no Distrito Industrial de Pouso Alegre e um no Distrito Industrial Vale do Jatobá. Como a manutenção desses terrenos é proibida pela Resolução CMN 3.792/09, a PREVIMINAS vem empreendendo esforços para vendê-los. No entanto, trata-se de terrenos industriais, cuja comercialização torna-se morosa em virtude de sua natureza e peculiaridade.

## RESUMO DO DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS - 2010



## VALORES DE MERCADO DOS INVESTIMENTOS (R\$mil)

Discriminação dos Investimentos	dez/2010	% Aplicação	dez/2009	% Aplicação	Limite Res.3792
<b>Recursos Garantidores das Reservas Técnicas</b>	<b>29.358</b>	<b>100,00%</b>	<b>27.280</b>	<b>100,00%</b>	—
Renda Fixa	21.646	73,73%	20.332	74,53%	100%
Renda Variável	2.842	9,68%	3.267	11,98%	70%
Investimentos Estruturados	1.005	3,42%	881	3,23%	20%
Imóveis	2.395	8,16%	1.437	5,27%	8%
Empréstimos/Financiamentos	1.470	5,01%	1.340	4,91%	15%
Disponível	—	0,00%	22	0,08%	—

## COMPARAÇÃO RES. 3792/CMN E POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Segmentos	Alocação Objetiva	Limite Superior	% Invest. Atual
Renda Fixa	73,22%	100,00%	73,73%
Renda Variável	12,69%	25,00%	9,68%
Investimentos Estruturados	5,28%	10,00%	3,42%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%
Carteira de Imóveis	5,55%	8,00%	8,16%
Empréstimos aos Participantes	3,30%	15,00%	5,01%

## RENTABILIDADE

Segmentos	Benchmark	%	Plano 2010
Renda Fixa	INPC + 6%aa e CDI	12,03%	16,31%
Renda Variável	Ibovespa	1,04%	0,30%
Investimentos Estruturados	INPC + 6%aa	12,85%	12,74%
Carteira Imobiliária	INPC + 6%aa	12,85%	97,78%
Empréstimos aos Participantes	INPC + 6%aa	12,85%	19,83%
Carteira Total	INPC + 6%aa	12,85%	15,78%

## RELATÓRIO RESUMO DE POLÍTICA DE INVESTIMENTO - 2011



Entidade: 2231 - PREVIMINAS | Plano de Benefícios: 1992000956 - Plano Previdencial RP4

Exercício: 2011 | Data de Geração: 09/05/2011 10:03:01

## Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência:

Período de referência: 01/2011 a 12/2011 | Indexador: INPC | Taxa de juros: 5,00%

## Documentação/Responsáveis:

Nº da Ata de Aprovação: 188 | Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo: 15/12/2010

## Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - Segmento: Plano

Nome: Maurício Azeredo Dias Costa | CPF: 219.938.826-34 | Cargo: Diretor Administrativo e Financeiro

Controle de Riscos: Risco de Mercado; Risco de Liquidez; Risco de Contraparte; Risco Legal; Risco Operacional; Outros.

## ALOCÇÃO DOS RECURSOS (RES. 3792/CMN E POLÍTICA DE INVESTIMENTOS)

Segmentos	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	50,00%	100,00%	75,27%
Renda Variável	0,00%	30,00%	8,23%
Imóveis	0,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos e Financiamentos	0,00%	15,00%	5,10%
Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	3,40%
Investimentos no Exterior	0,00%	5,00%	0,00%

## Utiliza Derivativos? Sim

## Observações

- As metas de rentabilidade foram definidas para um horizonte de 60 meses. É possível, portanto, que, dentro de um mesmo ano-calendário, a rentabilidade dos investimentos fique abaixo da meta.
- Apresentaremos a seguir metas por segmento: Renda Fixa (INPC + 6,50%aa); Renda Variável (INPC + 11,05%aa); Investimentos Estruturados (INPC + 7%aa); Imóveis (INPC + 6%aa); e Operações com Participantes (INPC + 6%aa).



---

Av. Álvares Cabral, 200 - 16º andar - Centro  
30170-000 - Belo Horizonte/MG  
[www.previminas.com.br](http://www.previminas.com.br)

1) Atendendo as disposições da Lei Complementar nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios 4 - RP4, também denominado de Plano MGS, administrado e executado pela PREVIMINAS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MINAS GERAIS, patrocinado pela MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S/A, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2010, tendo como objetivo o dimensionamento das Provisões [Reservas] Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio para o exercício de 2011.

2) O Plano de Benefícios 4 - RP4 possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD) e, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, trata-se de plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido (BD).

3) Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2010, posicionada em 31/12/2010, conforme exposto no Relatório GAMA 43 - RE 052/11, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada por meio do ofício 2.688/SPC/DETEC/CGAT de 06 de agosto de 2007, estando em manutenção normal, não tendo sofrido alterações Regulamentares no decorrer do exercício de 2010, e considerando os dados individualizados dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Entidade, posicionados na data base de 31/12/2010. Depois do processamento das informações, consideramos os dados suficientes e exatos, não necessitando de ajustes para os fins da mencionada Avaliação Atuarial anual do Plano.

4) Em face da PREVIMINAS não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 43 CT 503/10 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2010, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

5) As hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2010 do Plano de Benefícios 4 - RP4 foram formuladas conforme determinação da PREVIMINAS, com a concordância da Patrocinadora, considerando o que lhe é pertinente, sendo que a mesma estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 43 - RE 124/10, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 018/06. Para esta avaliação, em comparação com a realizada no exercício anterior, foram alteradas as seguintes hipóteses, formalmente aprovadas pela Entidade e Patrocinadora:

a) Hipótese de Rotatividade: adoção da Tábua GAMA/ROT. EXPERIÊNCIA MGS 2009 (D10%) até a idade da aposentadoria, a qual revela uma taxa de rotatividade média de 13,82% a.a., em detrimento da taxa única de 12,43%;

b) Hipótese de Morbidez: adoção da tábua GAMA / AUX - EXP. PREVIMINAS 2008 (D10%), em detrimento da Tábua GAMA / AUX - EXP. PREVIMINAS 2008 (D46%).

6) Consoante a Resolução MPS/CGPC 28/09, as Provisões Matemáticas são subdivididas em Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC, Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC e Provisões Matemáticas a Constituir.

7) As Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Plano de Benefícios 4 - RP4, existentes em 31/12/2010, e disponibilizadas pela PREVIMINAS, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros. Assim, as PMBC montam, em 31/12/2010, a R\$5.526.891,00 (cinco milhões, quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e noventa e um reais).

8) Já as Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes do Plano atualizadas para a data de 31/12/2010, e disponibilizadas pela PREVIMINAS, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros, líquido de contribuições futuras. Assim, as PMBaC montam, em 31/12/2010, em R\$8.449.417,00 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e dezessete reais).

9) O Plano de Benefícios 4 - RP4 não possui Provisões a Constituir com seu Patrocinador na data base da Avaliação Atuarial.

10) Desta forma, certificamos os valores acumulados das obrigações passivas da PREVIMINAS com o Plano, para com os respectivos Participantes e Assistidos, através das Provisões [Reservas] Matemáticas, no montante total de R\$13.976.308,00 (treze milhões, novecentos e setenta e seis mil, trezentos e oito reais), em 31/12/2010.

11) Conforme observado no Balancete Contábil de 31/12/2010 verifica-se que R\$17.564.901,49 (dezessete milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, novecentos e um reais e quarenta e nove centavos) do Patrimônio de Cobertura do Plano, o qual monta em R\$17.761.919,45 (dezessete milhões, setecentos e sessenta e um mil, novecentos e dezenove reais e quarenta e cinco centavos), está integralizado, ou seja, 98,89%. Em análise ao referido Balancete Contábil de 31/12/2010 verifica-se que existem recursos a receber no montante de R\$197.017,96 (cento e noventa e sete mil, dezessete reais e noventa e seis centavos), registrados na conta contábil 1.2.1.1 - Contribuições a Receber, ou seja, 1,11% do Patrimônio de Cobertura do Plano não está integralizado. Tal valor é referente às Contribuições do Mês e às Contribuições em Atraso.

12) A Patrocinadora não possui Contrato de Dívida com a Entidade, referente à cobertura dos compromissos assumidos com os benefícios do Plano.

13) Em 31/12/2010, o Plano registrava no respectivo Balancete Contábil o Fundo Previdencial no montante de R\$7.962.142,33 (sete milhões, novecentos e sessenta e dois mil, cento e quarenta e dois reais e trinta e três centavos), sendo que deste montante R\$3.411.429,57 (três milhões, quatrocentos e onze mil, quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e sete centavos) é destinado a Cobertura de Oscilação de Risco, que tem a finalidade de assegurar eventuais oscilações nos benefícios de risco assegurados pelo Plano, e os outros R\$4.550.712,76 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta mil, setecentos e doze reais e setenta e seis centavos) destinado ao Fundo de Revisão de Plano, sublocados no Fundo Previdencial de Revisão de Plano - Participantes e Assistidos e no Fundo Previdencial de Revisão do Plano - Patrocinadora, ambos no montante de R\$2.275.356,38 (dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos), constituído pela Reserva Especial para Revisão de Plano, considerando os recursos dos Participantes e Assistidos, de um lado, e da Patrocinadora de outro, conforme exposto no Parecer GAMA 43 PA 049/09, referente à Avaliação Atuarial especial de 30/06/2009, em atendimento a Resolução CGPC nº 26 de setembro de 2008 e balancete com base em dezembro de 2010.

14) Cabe salientar que foi encaminhada a PREVIC proposta de alteração regulamentar do Plano, protocolada para análise prévia em 29/12/10, visando dar continuidade à utilização da Reserva Especial, em face da sua constituição após o decurso de três exercícios consecutivos, sendo obrigatória a revisão desse Plano para os exercícios de 2006 e 2007 e, em relação ao exercício de 2008, a obrigatoriedade de utilização se dará em 2011, exercício em que está prevista a efetiva revisão do Plano. De forma que, considerando a necessidade das devidas instrumentalizações e autorizações, se dará a utilização dos resultados acumulados no período de 2006, 2007 e 2008, em obediência ao artigo 12 da Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, haja vista a constituição de Fundo Previdencial de Revisão de Plano aos Participantes e Assistidos e à Patrocinadora, pertinentes aos referidos períodos.

15) A utilização do referido Fundo, conforme determinações constantes do artigo 20 da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, dar-se-á partir da redução das contribuições dos Participantes e da Patrocinadora e simultânea melhoria dos benefícios atualmente pagos aos assistidos, sendo esta última forma o motivo pelo qual se faz necessário a execução das alterações regulamentares encaminhadas para aprovação da PREVIC, em face do artigo 23 da referida Resolução.

16) Cumpre esclarecer também que as providências pertinentes a referida destinação e utilização se deram com base na Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, e foram consubstanciados em Manifestações e Pareceres Atuariais e econômico-financeiros, bem como devidamente aprovadas pela Patrocinadora e Conselho Deliberativo da Entidade.

17) Destacamos que a Entidade mantém, para o referido Plano, o registro de um Fundo de Investimentos de R\$80.958,88 (oitenta mil, novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos), posicionado em 31/12/2010, com a respectiva cobertura patrimonial, sendo que o Plano de Benefícios 4 - RP4 não registra Fundo Administrativo na referida data, sendo esta determinação de responsabilidade da PREVIMINAS.

18) Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões [Reservas] Matemáticas antes apresentadas, com os valores do Patrimônio de Cobertura do Plano que em 31 de dezembro de 2010 atingiu o montante de R\$17.761.919,45 (dezessete milhões, setecentos e sessenta e um mil, novecentos e dezenove reais e quarenta e cinco centavos), verifica-se que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefícios RP4 apresentou Superávit Técnico de R\$3.785.611,45 (três milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e onze reais e quarenta e cinco centavos), em 31/12/2010.

19) O Superávit Técnico acumulado representava 27,08% (vinte e sete inteiros e oito centésimos por cento) do total das Provisões Matemáticas em dezembro de 2010, sendo que foi destinado à Reserva de Contingência o montante de R\$3.494.077,00 (três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil e setenta e sete reais) e, o excedente do superávit, para formação da Reserva Especial, no montante de R\$291.534,45 (duzentos e noventa e um mil, quinhentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), a qual iniciou nova contagem a partir do exercício de 2009, para fins do disposto no artigo 20 da LC 109/01 e artigo 12 da Resolução MPS/CGPC 26/08, sendo configurado neste exercício de 2010, o segundo ano consecutivo de Reserva Especial.

20) O Superávit Técnico acumulado na Avaliação Atuarial do exercício de 2010 foi reduzido, quando comparado com aquele apurado na Avaliação Atuarial do exercício de 2009, o que nos permite inferir que no exercício de 2010 o plano apresentou um déficit, consumindo parcela do superávit acumulado existente.

21) O efeito líquido na redução do superávit acumulado se deve à majoração dos Exigíveis e dos Fundos em 2010, em especial o Fundo Previdencial, assim como pelo aumento das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e das Provisões Matemáticas de Benefício a Conceder, sendo os impactos positivos nestas últimas influenciados pela entrada de novos Participantes no Plano, pela alteração da hipótese econômico-financeira de rotatividade e da hipótese biométrica de Morbidez, cujas variações foram demonstradas no Relatório da Avaliação Atuarial GAMA 43 – RE 052/11.

22) Entretanto, os impactos descritos anteriormente foram amenizados em face da rentabilidade do Plano, a qual foi superior a meta atuarial (5% + INPC) no período de 01/01/2010 e 31/12/2010.

23) A rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios 4 – RP4 auferida no período de janeiro a dezembro do exercício de 2010 foi de 15,78% (quinze inteiros e setenta e oito centésimos por cento), como informado pela PREVIMINAS, sendo que a exigibilidade atuarial de rentabilidade do Patrimônio de Cobertura do Plano, referente ao mesmo período, ficou em 11,79% (onze inteiros e setenta e nove centésimos por cento), composto pelo INPC de 6,47% mais 5,00% de juros ao ano, resultando em ganho atuarial ao Plano de 3,57% (três inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) da rentabilidade patrimonial do exercício.

24) O Custo Normal total do Plano, na Data da Avaliação Atuarial, incluída a sobrecarga administrativa, estava mensurado na correspondência de 3,80% (três inteiros e oitenta centésimos por cento) da folha de salários de participação dos Participantes, já incluída a sobrecarga administrativa.

25) Em consonância com a deliberação da Entidade, considerando o seu PGA, o custo administrativo para o exercício de 2011 deverá observar o limite máximo anual de 5,56% dos Recursos Garantidores do Plano, para fins do montante a ser arrecadado como receita administrativa para fazer frente às despesas administrativas do Plano, e de acordo com o Recurso Garantidor previsto pela Entidade para o final do exercício de 2011, equivalente a R\$30.311.938,00 (trinta milhões, trezentos e onze mil, novecentos e trinta e oito reais), o custo intencionado resulta em um total de R\$1.685.543,81 (um milhão, seiscentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos) para o exercício de 2011.

26) Sem considerar a eventual utilização do superávit, ou enquanto esta não ocorrer, o Plano de Custeio do Plano é aquele a seguir descrito, o qual deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade e pela Patrocinadora.

27) Dessa forma, o custo do Plano será coberto integralmente pelo Plano de Custeio a seguir apresentado, a vigorar a partir de 01 de março de 2011 e até 29 de fevereiro de 2012, em conformidade com as regras e definições constantes no Regulamento do Plano, desde que previamente aprovado pela PREVIMINAS e Patrocinadora: a) Assistidos – Não estão previstas Contribuições Normais de Assistidos. b) Participantes – Contribuições Normais mensais correspondentes ao resultado da aplicação do percentual de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) sobre o salário de participação, incluída neste a sobrecarga administrativa. Em relação à contribuição de jória, esta é calculada atuarial e individualmente, considerando as características individuais de cada Participante, conforme metodologia constante na Nota Técnica Atuarial do Plano. c) Patrocinadora – Contribuições Normais mensais, paritariamente a dos Participantes, correspondente à aplicação da taxa de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento), incluída a sobrecarga administrativa, sobre a Folha de Salário de Participação. d) Participantes Autopatrocinaados – Contribuição Normal de Participante adicionada a Contribuição Normal de responsabilidade da Patrocinadora.

28) O montante a ser arrecadado como receita administrativa, para fazer frente às despesas administrativas do Plano, considerará como fonte de custeio aquelas a seguir: a) Sobrecarga administrativa de 15% (quinze inteiros, cinco centésimos por cento) das Receitas Previdenciais, incidente sobre as Contribuições Normais vertidas pela Patrocinadora e Participantes; b) Taxa de Administração média de 4,370% dos Recursos Garantidores do Plano; e c) Caso seja necessário, o Fundo Administrativo, que servirá como fonte acessória do custeio administrativo do Plano, de acordo com o PGA da Entidade, caso este venha apresentar saldo no exercício.

29) Em relação ao Plano de Custeio, no que diz respeito ao Custeio Administrativo, este poderá ser revisto até a base do mês de junho de 2011, conforme informações da PREVIMINAS.

30) Cumpre esclarecer que o Custo do Plano e o respectivo Plano de custeio avaliado e apresentado neste Parecer, em conformidade com os regimes e métodos atuariais e demais informações, e considerando a manutenção do Plano aberto a novas inscrições, tende a manter-se estável ao longo do tempo, em face da rotatividade e da reposição com novos inscritos com os mesmos perfis etários e salariais dos atuais Participantes do Plano.

31) Adicionalmente, com base no Plano de Custeio proposto para o período de competência de 01/03/2011 a 29/02/2012, frente aos Custos do Plano, ambos fixados por meio da Avaliação Atuarial anual de 2010, posicionada em 31/12/2010, demonstrada no Relatório GAMA 43 – RE 052/11, verifica-se a suficiência do referido Custeio.

32) De forma que, o Plano de Custeio fixado acima, depois de aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVIMINAS e pela Patrocinadora, conforme normas vigentes, deverá ser observado nos percentuais e prazos indicados, sendo que os percentuais de contribuição fixados são indispensáveis para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo a PREVIMINAS zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares.

33) Cumpre destacar que, para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31 de dezembro de 2010, os valores de patrimônio, ativos de investimentos e exigíveis do Plano utilizados, foram os informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2010, para os quais consideramos que refletem fielmente a situação na data de referência, sendo tal fato de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, bem como consideramos que o passivo atuarial ora avaliado está fixado com base na taxa de juros técnicos de desconto financeiro de 5,00% a.a..

34) Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefícios 4 - RP4, em 31/12/2010, encontra-se Superavitária, conforme comprovada pela existência de Superávit Técnico Atuarial de R\$3.785.611,45 (três milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e onze reais e quarenta e cinco centavos), naquela data, como observado através do confronto entre as obrigações anteriormente expostas, e o Patrimônio de Cobertura do Plano, inexistindo Provisões a Constituir, sendo destinado para a formação da Reserva de Contingência o valor de R\$3.494.077,00 (três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, setenta e sete reais), e o excedente superavitário, de R\$291.534,45 (duzentos e noventa e um mil, quinhentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), destinado à Reserva Especial para Revisão de Plano, a qual iniciou nova contagem a partir do exercício de 2009, para fins do disposto no artigo 20 da LC 109/01 e artigo 12 da Resolução MPS/CGPC 26/08, sendo configurado neste exercício de 2010, o segundo ano consecutivo de Reserva Especial.